

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Decreto-Lei n.º 38/2019, de 18 de março, criou, na Comarca do Porto, o Juízo de Família e Menores da Maia (ver artigo 26.º, alínea a) do indicado diploma).

Desde então e até à presente data, tal Juízo não passou da sua criação legal, apesar da imperiosa necessidade de o mesmo ser instalado na Maia, necessidade essa que, aliás, justificou a sua criação.

São conhecidas as inúmeras e reiteradas diligências feitas, quer pela Câmara Municipal da Maia, quer pela Delegação da Maia da Ordem dos Advogados, junto do Ministério da Justiça no sentido de ver instalado este Juízo tão imprescindível à população residente na Maia, a qual se vê obrigada a tramitar os seus processos de família e menores no Juízo instalado em Matosinhos.

Em 9 de novembro de 2020, em sede de audiência regimental, questionámos a Senhora Ministra da Justiça a propósito do assunto, perguntando, concretamente, quando seria instalado o Juízo de Família e Menores da Maia.

Em resposta, o Secretário de Estado informou que daria a resposta por escrito.

Até hoje, tal resposta não chegou aos Deputados.

Em 9 de fevereiro de 2021, também em sede de audiência regimental da Ministra da Justiça, voltámos a questionar acerca do momento da instalação deste Juízo.

Porém, apesar de, desta vez, a Ministra da Justiça ter respondido à pergunta, a resposta não foi, de todo satisfatória, pois limitou-se a afirmar que o IGFPJ está a diligenciar pela celebração de um contrato de arrendamento para o efeito, num espaço contíguo ao Tribunal da Maia.

Continuamos, assim, sem saber quando será instalado o Juízo de Família e Menores da Maia.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, perguntam:

1. Quando será instalado o Juízo de Família e Menores da Maia?
2. Considerando a resposta dada pela Ministra da Justiça na audição regimental de 9 de fevereiro de 2021, pergunta-se:
 - a) Quando será celebrado o o contrato de arrendamento relativo ao prédio destinado à instalação do Juízo de Família e Menores da Maia?
 - b) Qual o prazo do referido contrato?
 - c) Quando terá início o contrato?

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

RUI RIO(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

JOSÉ CANCELA MOURA(PSD)

LINA LOPES(PSD)

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)

ALBERTO MACHADO(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

ÁLVARO ALMEIDA(PSD)

ALBERTO FONSECA(PSD)

Deputado(a)s

SOFIA MATOS(PSD)

EDUARDO TEIXEIRA(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

FERNANDO RUAS(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

FERNANDA VELEZ(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

ISABEL LOPES(PSD)